

2 Brasília, terça-feira, 21 de dezembro de 1993

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Conflito prossegue

O bate-boca com o Legislativo, neste momento, não favorece o Judiciário. O conflito não começou agora, nem dá sinais de que irá cessar tão cedo. Teve início no momento em que o Congresso passou a cogitar da idéia de estabelecer um controle externo para o Poder Judiciário. A idéia continua em pauta e fortalecida.

Agravou-se quando o ministro Marco Aurélio Melo, do STF, acolheu recurso do PDT, considerando nula a sessão de instalação da revisão constitucional. O Legislativo sentiu-se ferido em sua autonomia e reclamou. Em sessão seguinte, o STF, prudentemente, reconheceu essa autonomia, num gesto raro de revisão de seus próprios atos.

Nesse ínterim, no entanto — entre o gesto do ministro Marco Aurélio e a sentença corretiva final —, foram produzidas, com espantosa abundância, declarações, digamos assim, pouco cavalheirescas entre representantes das duas instituições, que serviram para aprofundar feridas. O episódio seguinte, o do julgamento do recurso do ex-presidente Collor, reclamando seus direitos políticos, foi uma espécie de gota d'água, num copo já transbor dando.

Collor reclamava a nulidade da sessão do Senado que, sob a presidência do presidente do STF, o impediu de continuar na Presidência da República, suspendendo, por tabela, seus direitos políticos por oito anos. A expectativa do Legislativo era de que o STF reconhecesse sua autonomia naquela matéria, negando provimento ao recurso de Collor. O STF, no entanto, considerou-se competente para julgar o assunto e, como se não bastasse, não chegou inicialmente a uma conclusão sobre quem tinha razão, Collor ou o Legislativo. Empatou em quatro a quatro. Foi preciso convocar, uma semana depois, três juízes do STJ, para resolver o impasse.

Esse juízes, prudentemente, decidiram favoravelmente ao Legislativo — e por unanimidade.

Entre os dois julgamentos, nova saraivada de críticas recíprocas, sendo que o ponto de vista do Legislativo acabou recebendo a adesão da sociedade e das Forças Armadas. O Judiciário sentiu-se não apenas isolado, mas poderosamente pressionado. Agora, novo tiroteio entre os dois Poderes. O governador do Paraná, Roberto Requião, moveu ação contra a revisão constitucional. O STF manifestou-se contrário ao pleito do governador e, portanto, favorável ao Legislativo. Mesmo assim, na formulação de seus votos, alguns ministros produziram críticas ao Congresso, que reacenderam a polêmica.

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, requisitou os votos dos ministros do STF. Um deles, do ministro Sepúlveda Pertence, considera que a revisão constitucional está sendo feita por "um Congresso melancólico e em fim de mandato". Um juízo de valor sem qualquer sentido prático, mas que, no contexto presente de tensões recíprocas, serve para gerar novos atritos.

Parlamentares com atuação destacada na CPI do Orçamento têm reiterado a necessidade de se incluir o Judiciário no processo de faxina institucional por que passa o País. A CPI, inclusive, cogita de questionar a direção do STJ, acusada de superfaturar obras de construção de sua nova sede, a cargo da Construtora OAS. As obras estão orçadas em 400 milhões de dólares, quantia que o deputado José Genoíno, do PT, considera "um escárnio". O STJ já avisou que não deve satisfações à CPI. Esse clima inamistoso favorece a idéia de controle externo do Judiciário. Dessenhe, pois, o interesse dos juízes.